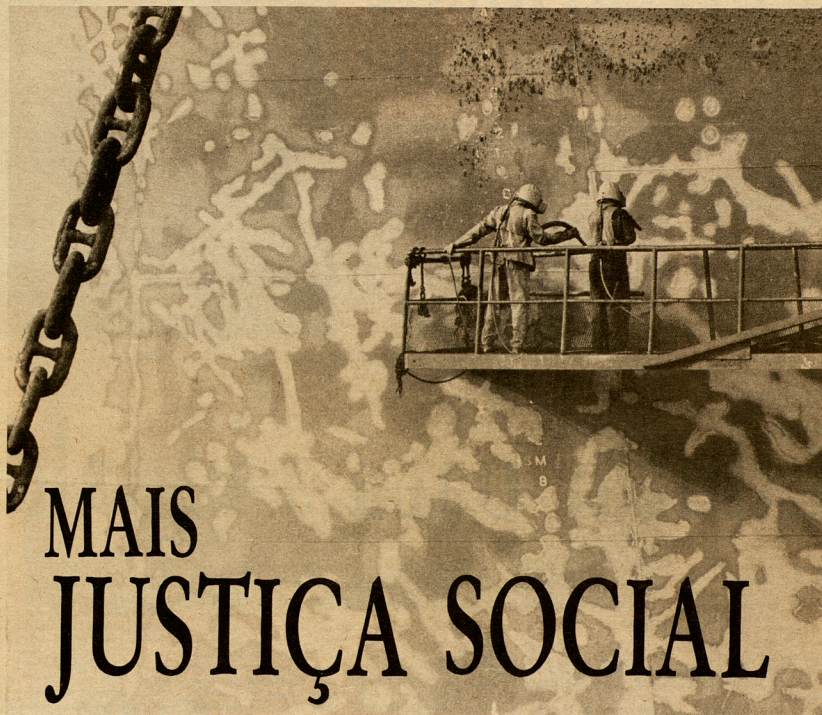


ALAVANCA 40^h NO MÁXIMO!

A CGTP-IN aposta, em 1991, em mais solidariedade e mais justiça social, com progresso sustentado. Esta é uma aposta de futuro, possível de alcançar com a unidade dos trabalhadores. Este é também o ano do reforço da organização sindical junto dos trabalhadores. Em curso está a Conferência Sindical Nacional, um grande momento de reflexão e debate. 1991 vai ser melhor.



MAIS JUSTIÇA SOCIAL



Logo na manhã seguinte ao rebentamento da guerra no Golfo, a CGTP-IN apelou às forças sociais, políticas e outras que convocassem uma manifestação contra as hostilidades e a favor da paz.

Milhares de pessoas responderam ao apelo.

(Ver pág. 8)

EDITORIAL

Pela Paz pelos nossos direitos

Confirmaram-se as mais pessimistas previsões quanto ao desfecho da crise do Golfo. Estalou a guerra.

Qualquer guerra acarreta sempre graves consequências para as condições de vida dos trabalhadores em particular e da Humanidade em geral.

A CGTP-IN e os trabalhadores portugueses manifestam-se pelo fim imediato das operações militares, pelo recomeço das negociações sobre a cêgide da ONU, para que seja encontrada uma solução global para os problemas do Médio Oriente que conduza a uma Paz efectiva, como forma de pôr termo à

destruição de vidas e de recursos económicos indispensáveis à Humanidade.

Mau grado a guerra, os trabalhadores e as suas organizações vão continuar a desenvolver, a nível interno todas as acções e lutas pela defesa das suas condições de vida e de trabalho.

Os objectivos traçados de aumento do poder de compra dos salários, de diminuição do horário de trabalho, de luta contra as intenções legislativas do patronato e do Governo e de melhoria das prestações sociais continuam na ordem do dia.

Manuel Lopes

INTERJovem lança campanha

Todos contra a precariedade

A luta contra a precariedade do emprego não terá tréguas no primeiro semestre deste ano. A Interjovem desenvolve nesse período a campanha «EMPREGO COM DIGNIDADE, NÃO A PRECARIDADE» e vai inquietar as entidades nacionais e as instâncias comunitárias e internacionais com este problema que afecta gravemente a juventude em Portugal.

A campanha tem por objectivos conhecer as formas e a dimensão da precariedade e intervir, aos vários níveis, para resolver casos concretos.

Do desenvolvimento da

campanha a Interjovem fará alastrar a luta contra a precariedade do emprego desde a empresa até à opinião pública. Irá intervir nas assembleias municipais e de freguesia denunciando casos concretos de emprego precário. Fará chegar as entidades nacionais competentes e às instâncias comunitárias e internacionais «dossiers» de empresas que praticam a precariedade.

A realização da campanha foi decidida pelo Plenário Nacional da Interjovem, o qual traçou ainda outras prioridades para acção da organização.

Entre essas prioridades conta-se o prosseguimento da intervenção com vista a

revisão da Lei do Subsídio de Inserção dos Jovens na Vida Activa e alterações ao regime do Subsídio de Desemprego.

Quanto ao Acordo Económico e Social, os jovens manifestam oposição nomeadamente ao alargamento do período experimental e a adaptação do tempo de trabalho, porque permite que os limites semanais máximos possam atingir 50 horas.

Os jovens vão exigir ainda a implementação urgente das medidas previstas quanto ao trabalho de menores, educação e formação profissional, higiene e segurança no trabalho.



Mulheres

Educar para a igualdade

Moro num bairro de Cooperativa, um bairro cujas famílias são trabalhadoras na semana, melhor dizendo aos sábados, é dia de limpeza lá no bairro.

Nos passios alongam-se compridas extensões de fios e tubos de mangueiras passando por janelas e portas conforme os andares onde moram.

Eles, aspiram meticulosamente os interiores das viaturas, lavam cuidadosamente os vidros. Nos baldes com água e «shampoo» próprio para os mais exigentes, mergulham esponjas macias para lavar e não riscar as carroçarias, factos de água põem as jantes e os pneus a brilhar. Os filhos mais velhos ajudam nestas operações e alguns aproximam para dar uma limpada à moto.

Diga-se porém, em abo-

Apesar de serem metade da população, as mulheres não conquistaram ainda o seu papel na sociedade. É urgente que o faça e é urgente que o movimento sindical para isso contribua.

no da verdade, que alguns destes homens (muito pouco) já põem o ceder ou lume (que a mulher deixou preparado na véspera), já põem a mesa, limpam a loiça, dão uma aspirada à casa (mas com o pano do pó não querem nada porque não têm pachorra para limpar todas aqueles «bibelots» que enchem as prateleiras das salas. As casas de banho não são com eles, nem o ar-rumo de quartos. Alguns, vão também ao «super» ajudar as mulheres a trazer as bebidas, mas raramente os vêem no talho...

Este é um microcosmos da divisão de tarefas entre homens e mulheres hoje e aqui apesar das mais avançadas leis sobre a igualdade. E tudo se passa como se

fosse a coisa mais natural deste mundo, ou seja, ninguém se interroga porque assim e não de outra maneira. O contrário ou o diferente é que causa espanto, admiração e não poucas críticas. O que evolui, evolui muito lentamente e ainda marcado pela divisão de tarefas.

Falamos hoje muito, e bem, em partilha de responsabilidades mas esquecemos por vezes que ela passa pela modificação dos comportamentos atrás descritos, tanto por parte dos homens, como das mulheres. E está precisamente nas suas mãos modificarem es-

ses mesmos comportamentos. Difícil? Sem dúvida sobretudo para quem durante anos e anos interiorizou, como natural, que a mulher deve fazer isto, aquilo e aquilooutro e outro no «fe-minino» e o homem fazer isto e mais aquilo no «masculino». Mas, se se torna mais difícil mudar comportamentos em adultos, é imperioso criar outro tipo de comportamentos nas crianças, nos jovens (rapazes e raparigas).

Educar para a igualdade deve ser uma preocupação de todos os educadores em geral e dos pais em particular.

É certo que a sociedade como está organizada não ajuda muito a isto, os meios de comunicação muito menos, os filmes e telenovelas (alguns) nem se fala. Mas a vida vai exigir-nos mudan-ças: em nós próprios, no nosso relacionamento em família e fora dela. Uma sociedade moderna, desenvolvida, solidária, mais humana, mais justa e democrática exige uma efectiva partilha de responsabilidades entre mulheres e homens para que se ponha termo à enorme contradição que é, por um lado, a aceitação quase universal do princípio da igualdade entre homens e mulheres e, por outro, as mulheres não poderem viver em igualdade esses mesmos direitos porque é sociedade lhes impõe a desigualdade: em casa, no tra-

balho, nos partidos, nas igrejas... nos sindicatos, até.

Mais de metade da população, as mulheres são confinadas ainda à maternidade ou a uma imagem limitativa de «dona» de casa isto apesar de serem cerca de 2 milhões nos diversos sectores de actividade.

Mais executoras que gestoras, mais dando contas que exigindo prestação de contas, mais espectadoras que intervenientes, a maioria das mulheres portuguesas ainda não conquistou, apesar dos enormes avanços registados, o seu lugar na nossa sociedade. É urgente que o faça. É urgente que o movimento sindical para isso contribua.

Helena Policarpo

ALAVANCA

FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes. Coordenador de Edição: Mário Rui Ferreira. Redacção: Hermínio Fernandes, Gonçalves André, João Cardoso e Helena Policarpo. Fotografia: João Silva, Graffano e Maquetagem: Rui Cardoso e Rui Pereira. Cartoons: Humberto Santana. Colaboraram nesta edição: Dr. Carlos Coimbra, Dr. Fernando Marques, Dra. Teresa Dias e José Manuel Carrihas. Composição, Montagem e Impressão: Hésica Portuguesa. Propriedade: Edições 1 de Julho, Tringem. Depósito Legal: 34 077/91. Redacção: Rua Vitor Córdon, n.º 1, 3.º - 1204 Lisboa Codex. Telef.: 347 21 81 - FAX: 347 21 89 - Telex: 13 872.

Defesa do consumidor em colóquio

O Grupo Sindical para o Ambiente e Defesa do consumidor leva a efeito no próximo dia 7 de Fevereiro um colóquio nacional subordinado ao tema «CGTP-IN na defesa do consumidor».

O colóquio irá decorrer no Instituto Franco-Português e destina-se a dirigentes, activistas e técnicos sindicais.

Colaboram técnicos, entidades e organizações ligadas à área da defesa do consumidor.

Os temas a abordar serão «a organização dos consumidores e suas estratégias de intervenção, a defesa do consumidor na legislação e a efectividade dos seus direitos no âmbito comunitário e nacional.

Legislação Laboral

A 29 de Janeiro será discutido na Assembleia da República a autorização legislativa dos projectos de lei de alteração à legislação laboral.

O Governo manifesta assim uma inusitada pressa em legislar.

Para a CGTP-IN, a proposta de autorização legislativa a apresentar à AR deveria ser sujeita a discussão pública. O Governo vai mal se pretender fazer a discussão pública apenas quando legislar.

Na reunião do Conselho Permanente da Concertação Social do passado dia 15 de Janeiro, a CGTP-IN manifestou reservas pelo facto de o Governo não acrescentar ao rol da autorização legislativa à AR os projectos de regime jurídico do trabalho no domicílio e de alteração ao Decreto-Lei das relações colectivas de trabalho onde se inclui a arbitragem obrigatória.

Para a CGTP-IN, não foi contemplada nenhuma das sugestões que a Confederação fez chegar ao CPCCS. Recorde-se que a central sindical tem manifestado firme oposição a todos os aspectos gravosos contidos em pelo menos quatro projectos legislativos (Ver centrais).

O déficit habitacional em Portugal estima-se na ordem das 800 mil habitações, sendo 180 mil correspondente a barracas, 270 mil a casas destituídas das condições mínimas da habitabilidade, 30 mil famílias vivendo em co-habitado e 285 mil a novas necessidades não satisfeitas entre 1981 e 1988, as quais aumentam aproximadamente à razão de 30 mil por ano.

Portugal necessitaria, para estancar o déficit, de construir 130 mil novas habitações por ano, no prazo de 10 anos. A realidade demonstra precisamente o contrário, nos últimos 20 anos raramente a produção de habitação ultrapassou os 40 mil fogos/ano e, entre 1981 e 1986 atingiu somente os 38 400 e pouco mais de 40 mil em 1987.

Verificamos com imensa preocupação que o crescimento do parque habitacional não tem acompanhado o crescimento demográfico já que somente 22% dos fogos/ano construídos, o são nos centros urbanos. Por outro lado, se alguma expansão se faz sentir na actividade da construção civil é resultante da construção de edifícios para escritórios e espaços comerciais que representam 40% da produção total do sector.

De acordo com um estudo efectuado, conclui-se que mais de 40% das famílias portuguesas não dispõem de rendimentos que lhes permita aceder à compra de uma casa nem mesmo com o recurso ao crédito bancário.

Quanto à resolução de fundo desta problemática, terá de passar por uma maior responsabilidade do Estado, disponibilizando as verbas necessárias para promoção de habitação social e

Que o déficit habitacional em Portugal era elevado já nós sabíamos. Que a frieza dos números astronómicos nos deixassem sem fala ainda nem sequer desconfiávamos.

Foi o que nos aconteceu quando lemos a Plataforma de Acção do 3.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Mármore e Madeiras que não resistimos a transcrever em parte.

Uma realidade difícil de engolir.

Crise da habitação em Portugal Quem casa, quer casa



Distrito de Aveiro A justiça social não mora aqui

Desta vez fomos a Aveiro, um distrito tido como próspero. Fomos ver como é que estava a reestruturação do aparelho produtivo e o progresso tão profusamente propalados. Fomos ver um país em mudança rumo à Europa desenvolvida.

Acabámos por ver um mar de enganos, de desequilíbrios e de desigualdades. Acabámos por ver horários de trabalho excessivos, baixos salários e muita precariedade de emprego. A visita ao progresso ficou adiada. A justiça social não habita aquelas paragens.

A situação social no distrito de Aveiro está longe de ser boa, sequer razoável. Na realidade, e segundo informa a União de Sindicatos local, o que tem havido é fundamentalmente crescimento económico e não verdadeiro desenvolvimento.

Em termos de distrito, acrescenta a União, a política do patronato e do Governo revela-se nos baixos salários, na exploração dos jovens, nos horários de trabalho excessivos, no recurso à precariedade, nos ata-

ques aos direitos sindicais, entre outros.

No balanço efectuado, aquando da realização do seu congresso, constata-se que os principais problemas estruturais do aparelho produtivo mantêm-se. A indústria transformadora representa cerca de 55 por cento do emprego, enquanto o sector de serviços ocupa pouco mais de 25 por cento dos activos, donde se conclui que o distrito continua com uma estrutura de ocupação invulgar em relação às economias evoluídas, onde a indústria transfor-

madora raramente ultrapassa os 30 por cento.

Como na generalidade do País, também em Aveiro os índices de desemprego baixaram nos últimos três anos, mas o problema está longe de estar resolvido.

Com efeito, 16 por cento dos trabalhadores actuais são jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, facto que indica a entrada precoce da juventude no mundo do trabalho, com a consequente diminuição do nível escolar. Acresce a isto que as admis-

sões passaram a ser de vínculo precário, não obstante haver trabalhadores a ocupar, há anos, postos de trabalho permanentes.

Em matéria de salários, o distrito continua abaixo da média nacional e é preocupante a situação que diz respeito ao ambiente, higiene e segurança no trabalho.

Aveiro é dos distritos do litoral aquele que apresenta a mais alta taxa de analfabetismo — 17,2 por cento — a qual é, no entanto, inferior à média nacional. De referir também que apenas 54,6 por cento do distrito beneficia da água da rede pública, que a rede viária é francamente insuficiente, em termos internos e que a prostituição juvenil alastra.

Mais do que preocupante é igualmente a situação da população idosa — mais de 72 mil pessoas com mais de 65 anos de idade, quando somente 1900 têm assistência em lares ou centros de dia para idosos.

Aveiro é assim um distrito de claras contradições, onde a par de escandalosas manifestações de riqueza coabita bolsas de pobreza.

Conscientes das dificuldades, os trabalhadores do distrito continuam a lutar para atenuar o desfasamento existente entre o peso da vertente política, sindical e social e a posição económica que o distrito ocupa no plano nacional.

Encerramento da SGM

A SGM (Sociedade Geral de Metalomecânica), é a única metalomecânica média pesada do Distrito de Setúbal e foi criada em 1985 pela fusão da Equimetal e Sorefame (Amora), como resultado do plano de reestruturação do IPE para as empresas da metalomecânica pesada do Sector Empresarial do Estado, que levou à falência da Equimetal e à desanexação da divisão de equipamentos industriais da Sorefame em Amora.

O património desta empresa, ficou então composto pelo remanescente dos trabalhadores da Equimetal e Divisão da Sorefame, bem como do equipamento destas duas unidades industriais, tendo ficado em regime de aluguer à Sorefame, o terreno e as instalações.

Os objectivos então anunciados pelo IPE no seu plano de reestruturação, eram da especialização das empresas por áreas de produtos e tecnologias, de forma a adaptá-las ao mercado. Tal perspectiva não passou de intenções.

Dado que no segundo trimestre de 1986, foi considerada a transferência de uma parte dos trabalhadores e do equipamento do Barreiro para a Amora e feito o investi-

por outro lado, alterar a política de crédito para aquisição da habitação.

Apesar das últimas medidas tomadas à revelia dos parceiros sociais, o investimento do Estado representa menos de 5% do investimento total, quando em economias de mercado como a britânica e a alemã federal, essa proporção se aproxima dos 50%. Portugal é um dos países da Europa que menor percentagem de rendimento gasta com a habitação. Em 1985 essa percentagem atingiu os 5,6%, enquanto a média dos restantes países da CEE atingiu os 19%. Consequentemente entre 1984 e 1987, o Estado apenas promoveu uma média anual de 4000 fogos destinados à habitação social, isto é, quando deveria promover o número mínimo de 40 000.

A agravar toda esta panorâmica assiste-se a uma desenfreada especulação imobiliária. O preço dos terrenos em 1987 correspondia entre 10 e 15% do custo total da construção. Actualmente estes valores cifram-se na ordem dos 30% chegando, nalguns casos, a representar o preço de 30 000\$000 por metro quadrado de fogo construído.

O sector de reparação de edifícios ainda está longe de atingir a sua plenitude face à degradação sofrida. No entanto a recuperação nos últimos anos não correspondeu às necessidades se tivermos em conta que o parque habitacional nas principais cidades, Lisboa e Porto, remonta ao início do século, não tendo, por isso, as condições mínimas de habitabilidade, ou seja:

• em cada 100 habitações, 27 não têm água canalizada; 10,5 não têm electricidade, 42 não têm instalação de banho e 22 não têm retrete privada.

E esta, hein?!

Conferência Sindical Nacional

Reflectir para reforçar

Está já em curso um grande debate nacional no âmbito da Conferência Sindical Nacional, que terá a sua sessão final, com duração de 3 dias, no fim de Maio meados de Junho.

A Conferência tem por objectivo aumentar a sindicalização e reforçar a organização dos sindicatos, uniões, federações, a unidade dos trabalhadores e sindical e a capacidade reivindicativa no exercício dos direitos sindicais.

Até Maio/Junho, o Movimento Sindical leva a efeito um grande debate, envolvente todos (quadros, trabalhadores e activistas), dirigido essencialmente para o aumento e consolidação da sindicalização e organização dos trabalhadores das grandes concentrações, trabalhado-

res das novas empresas, trabalhadores jovens e trabalhadores com vínculo laboral precário.

Os próximos tempos serão assim marcados por um intenso trabalho de preparação e planificação, de modo a que se assegure o êxito da conferência e a fazer uma primeira abordagem dos temas com to-

dos os quadros, sensibilizando-se para o seu tratamento.

O debate partirá da análise objectiva da situação diversificada de vínculos laborais, identificando realidades e apontando e definindo formas de contacto com os trabalhadores, processos de sensibilização e mobilização, com vista a uma maior participação na vida sindical e nas lutas em particular.

Pretende-se ainda projectar a CGTP-IN para o futuro, na plena interpretação dos seus princípios fundamentais.

Esta será uma oportunidade rara para analisar o movimento sindical português, a sua organização e as respostas a dar com vista ao seu futuro.

O debate está aí, amplo e aberto.

A acção reivindicativa em 1991

I. Resultados da negociação colectiva em 1990

Os resultados positivos da negociação colectiva em 1990 não devem ser encardidos numa perspectiva estática, de mero balanço. Há que reflectir a partir deles para consolidar e melhorar o trabalho sindical e corrigir deficiências no futuro.

Primeiro, os aumentos salariais contratuais (que são, quase sempre, mínimos sectoriais) situaram-se entre 4 a 5% acima do referencial que o Governo procurou impor para os salários. O que perspectiva lutar com êxito em 1991 pelos aumentos salariais reivindicados pela CGTP-IN, mesmo quando o patronato e o Governo procuram estabelecer tetos salariais, formais ou psicológicos.

Segundo, a intensificação das reivindicações e das lutas para a redução da duração do trabalho colocou num horizonte mais próximo a fixação das 40 horas como duração máxima normal.

II. Criar dinâmica reivindicativa

A criação de uma dinâmica reivindicativa é fundamental para assegurar a obtenção dos objectivos fundamentais para 1991. O primeiro trimestre é decisivo atendendo a que este período representa 70% da contratação colectiva e que é prática da generalidade das empresas proceder a aumentos salariais no início do ano.

A criação dessa dinâmica reivindicativa passa por:

- articular e complementar as reivindicações

nos seus diversos níveis:

- promover a intervenção e a negociação na empresa como condição para melhorar a relação de forças nos níveis superiores;
- assegurar a participação dos trabalhadores nas várias fases dos processos reivindicativos (determinação dos objectivos, negociação, etc.);

- ter iniciativa reivindicativa, tendo sempre presente a concretização em reivindicações das razões de descontentamento dos trabalhadores;

- divulgar e valorizar os resultados da negociação. Esses resultados por pe-

quenos que sejam dão confiança aos trabalhadores, estimulam o prosseguimento da acção reivindicativa nessa e noutras empresas. A divulgação das empresas que já obtiveram determinado objectivo é pois fundamental;

- desenvolver a ideia de que em todas as empresas há reivindicações a apresentar e que qualquer conflito pode ser resolvido por negociação, dependendo da relação de forças concretas em cada caso.

Dr. Fernando Maques
Gabinete de Estudos da
CGTP-IN

Resultados já alcançados

Dos resultados já alcançados na negociação colectiva nos sectores e empresas, salientaram-se, como simples exemplos:

SECTOR	RESULTADOS SALARIAIS
Agricultura, Alm. e Bebidas	
— CCT Sarnocultura	Aumento T. Salarial de 15,5%
— CCT Panificação	Aumento T. Salarial de 16,5%
— KNORR	Aumento T. Salarial de 18 %
Têxteis	
— Melka	Aumento T. Salarial de 14,8%
Químicos	
— Grupo Unilever	Aumento T. Salarial de 15 %
— Sincoral	Aumento T. Salarial de 18 %
Vidreiros	
— CCT-Embalagem	Aumento T. Salarial de 14,3%
— J. Ferreira Custódio	Aumento T. Salarial de 15,5%
Metalúrgicos	
— CCT Químicas-Norte	Aumento T. Salarial de 15,6%
— Fundação Rio Louisa	Aumento T. Salarial de 29 %
Hoteleira	
— ACT Emp. Abastecedoras de Aer.	Aumento T. Salarial de 16 %
— Soc. Estoril Sol	Aumento Salarial global de 20 %
Serviços	
— ACT Empresas de Vigilância	Aumento T. Salarial de 26,9%
— CCT Serviços de Limpeza	Aumento T. Salarial de 15 %



O ano da j

O crescimento económico verificado no nosso país, nos últimos anos, deveria sossegar-nos quanto ao futuro. Tal não acontece. Para a CGTP-IN, o crescimento verificado não é sinónimo de desenvolvimento estruturado e sustentado, mantendo-se os grandes problemas económicos sem solução, ou seja, há défices crónicos que se mantêm e a modernização é pontual. A CGTP-IN acrescenta que esse «crescimento não

se tem reflectido numa melhoria significativa das condições materiais de existência da generalidade da população, havendo mesmo, em vários aspectos, deterioração da situação social.

Estas considerações fazem parte das conclusões do Plenário da CGTP-IN que decorreu em Dezembro passado.

Olhando para o ano que passou, verificamos que houve um aumento dos salários reais, assegurados através do crescimento dos salários nominais. Tal facto,

porém, não foi suficiente para o acompanhamento da produtividade, pelo que a participação do factor trabalho na distribuição do rendimento continuará a diminuir.

As estatísticas do Eurostat mostram, por outro lado, que não se está a verificar a gradual aproximação dos salários e dos níveis de vida dos trabalhadores portugueses em relação aos dos congéneres na CEE.

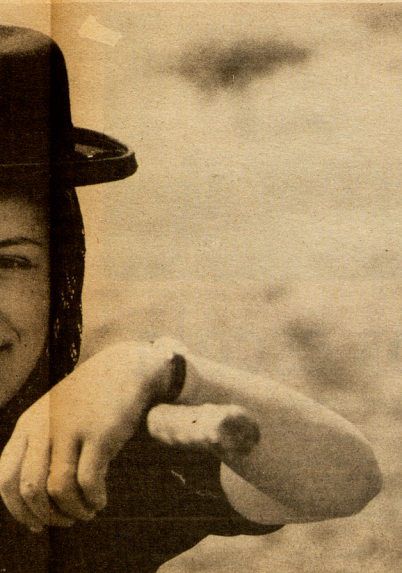
Para a CGTP-IN, é preocupante que o Governo insista na matriz de resolu-

Para 1991, a CGTP-IN aposta em mais solidariedade e mais justiça social. Há razões para estarmos confiantes.

Definidas estão já as principais linhas reivindicativas: melhores salários, redução da duração semanal do trabalho, combate ao emprego precário, defesa e promoção dos direitos dos trabalhadores, formação profissional, mais segurança social, higiene e segurança no trabalho e reestruturação e modernização da economia.

Em foco, neste princípio do ano, estão as alterações à legislação do trabalho, propostas pelo Governo. Assume-se como primordial o combate aos seus aspectos negativos.

Em 1990 demos passos no sentido de mais justiça social. Em 1991 queremos dar saltos.



a justiça social

ção dos problemas económicos à custa da manutenção dos baixos salários, ao mesmo tempo que mantém défices comprometedores na formação profissional e na higiene e segurança no trabalho.

A avulvar as preocupações sindicais está também a existência de mais de meio milhão de trabalhadores em situação de precariedade e clandestinidade de emprego, segundo estatísticas oficiais. Em simultâneo surgem factores de instabilidade e formas de precari-

zação das relações de trabalho, no caso de trabalhadores com vínculos estáveis.

Os sindicatos denunciam ainda que Portugal é o país da CEE que apresenta uma menor despesa de protecção social.

Mais de metade dos pensionistas do regime geral têm a pensão mínima, que é actualmente de 20 000 escudos. Isto é tanto mais inaceitável quando se sabe que a conta da Segurança Social, respeitante a 1989, apresenta um saldo positivo de 85 milhões de contos e se pre-

vê para 1990 um saldo positivo de 80 milhões e não é respeitada a norma da OIT que não permite valores para as pensões inferiores a 55 por cento do salário mínimo.

Nestas condições não é de estranhar que Portugal seja o país da CEE que apresenta um maior índice de pobreza.

A falta de visão do Governo

Em termos de competitividade da indústria, Portugal apenas apresenta vantagens comparativas em sectores de mão-de-obra intensiva, sendo que a análise global é fortemente negativa.

De resto, a situação dos sectores de mão-de-obra intensiva tende a deteriorar-se, tanto ao nível comunitário, como no plano mundial, devido, designadamente, ao aumento da concorrência dos novos países industrializados.

Aprensivos quanto ao futuro, os sindicalistas consideram preocupante a situação vivida no sector têxtil e, em particular, a que se vive na Baía do Ave, onde cerca de 70 empresas, empregando quase 30 mil trabalhadores, estão já encerradas, em processo de falência ou de ruptura total ou parcial.

as rupturas sociais existentes, também se associa à condenação do novoriquismo e das manifestações de ostentação e opulência do patronato.

Em desfavor de valores tradicionalmente sindicais como a solidariedade e a justiça social, o Governo pretende sustentar as suas políticas económicas e sociais com um arraigado apelo à difusão das teses neoliberalistas, onde pontificam o egoísmo, a agressividade e a ambição desmedida.

Estas teses visam criar uma dependência crescente do poder político face ao poder económico.

É neste quadro que o Sector Empresarial do Estado tem sido utilizado, através das privatizações em curso, para satisfazer os interesses especulativos de grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, em consequência do que estes últimos se têm apoderado de importantes alavancas e sectores da nossa economia.

Trabalhadores têm acção positiva

A acção desenvolvida pelos trabalhadores, neste quadro, obteve resultados positivos, embora insuficientes. Essa acção colectiva tem sido uma constante.

Só no mês de Dezembro

Resultados positivos

A acção desenvolvida pelos trabalhadores em 1990 foi constante. Os resultados obtidos foram positivos embora insuficientes.

As actualizações salariais foram substancialmente superiores aos 9,5-10 por cento a que o Governo as pretendia amarrar e em muitos casos estes aumentos salariais foram complementados com outras regalias em empresa.

Na Administração Pública alterou-se a proposta inicial do Governo, particularmente da tabela salarial que, conjugada com a aplicação do novo sistema retributivo e a melhoria das pensões mais degradadas, traz alguns ganhos para estes trabalhadores.

Avançou-se significativamente na redução da duração semanal do trabalho, travando uma luta em várias frentes: na empresa, na rua e nos órgãos e instâncias do Estado.

Em resultado da capacidade de mobilização da CGTTP-IN e da sua ac-

ção nos órgãos em que participa, designadamente no CPCC, conseguiu-se a criação do 14.º mês para os reformados, o compromisso do Governo de melhorar o subsídio de desemprego e antecipar a idade legal de reforma para os trabalhadores com profissões de rápido desgaste físico e psíquico, o alargamento da pensão de sobrevivência aos vivos e as uniões de facto, a melhoria mais acentuada do abono de família e o compromisso de que o Governo ponderará a proposta da CGTTP-IN de adopção de valores superiores para as famílias de menos rendimentos.

Conseguiu-se também a igualização do salário mínimo dos agrícolas ao salário mínimo para a indústria, comércio e serviços, a melhoria do seu conceito que passou a ficar mais próximo do de salário de base e o início do processo com vista à publicação de uma lei de bases de higiene e segurança no trabalho.

CGTTP-IN reivindica

É tendo presente a acção desenvolvida e os seus resultados e com base na previsível evolução da situação política, económica e social que a CGTTP formulou os pontos fundamentais para a acção reivindicativa mais próxima, a saber:

Aumento do poder de compra dos salários que tenha em atenção os valores da inflação, o crescimento da produtividade, uma distribuição menos injusta do rendimento nacional e a aproximação aos níveis de vida da CEE.

Redução da duração semanal de trabalho para 40 horas e para 35 no caso de trabalhadores com profissões penosas, perigosas ou insalubres, sem que se deixe de reivindicar a consagração, em todos os sectores, de dois dias de descanso semanal e do alargamento do período de férias.

O combate à desregulamentação social através de acções tendentes à estabilidade do emprego.

A exigência de uma mais eficaz formação profissional, já que se trata de uma reivindicação vital para o futuro e interesses dos trabalhadores.

A defesa e alargamento dos direitos dos trabalhadores, o que implica a necessidade de dar respostas adequadas à pretensão patronal de «compra» dos seus direitos.

A melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho através de reivindicações orientadas para o respeito pela legislação vigente e pelas normas e convenções internacionais que existem sobre esta matéria. A melhoria da segurança social, através do aumento do valor das pensões e da alteração da sua base de cálculo, bem como a melhoria do regime de abono de família e do subsídio de desemprego.

O combate frontal e eficaz dos projectos legislativos que contêm aspectos gravosos para os trabalhadores, como é o caso dos que dizem respeito à cessação do contrato de trabalho por inadaptação, à obrigatoriedade da arbitragem e à flexibilização das relações de trabalho.

1991 vai ser, assim, o ano da esperança e da luta dos trabalhadores por um futuro melhor, mais digno, mais solidário.

Legislação laboral

Um combate sério

Do conjunto dos projectos de legislação laboral apresentados pelo Governo, na sequência do Acordo Económico e Social, constam alguns que visam deteriorar e agravar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores portugueses.

A CGTTP-IN identificou já os projectos mais gravosos, donde se destaca aquele que permite flexibilizar os horários de trabalho e, por essa via, obrigar o trabalhador a disponibilizar-se perante a empresa du-

rante períodos que podem, nos termos desta proposta de legislação, atingir horários normais de 10 horas diárias e 50 semanais.

Outro projecto gravoso é aquele que permite o despedimento por inadaptação ao trabalhador, o que constitui uma ofensa ao direito ao trabalho e à estabilidade no emprego e é materialmente inconstitucional.

Registe-se, por outro lado, que o Governo não quis assumir a redução do horário de trabalho normal para as 40 horas, ficando as 44 horas, re-

centemente aprovadas, muito aquém da média praticada na Comunidade Europeia.

A aplicação da arbitragem obrigatória a todos os conflitos de trabalho, outra pretensão do patronato e Governo, visa essencialmente limitar a livre negociação e o próprio exercício do direito à greve.

Também a apresentação de um projecto de lei sobre período experimental, que submete o trabalhador ao despedimento sem justa causa, durante um período de 60 a 240 dias, é conside-

estiveram envolvidos em lutas pelo menos os trabalhadores da Administração Pública, do Sector Empresarial do Estado, da Baía do Ave, do sector químico, médicos, das empresas abastecedoras de aeronaves, Braz & Braz, Macedo & Coelho, RN, RTP, FISEL, Cerâmica de Carriça, Estaleiros Navais da Figueira da Foz, Fábricas Triunfo, Cerâmica Estado, AAC, etc.

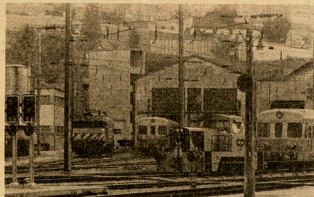
Em 1991 temos de ganhar a aposta na solidariedade e na justiça social. Há condições para isso.

rado gravoso e insiste numa linha de discriminar os trabalhadores das empresas com menos de 20 trabalhadores.

Todos estes projectos merecem da CGTTP-IN a sua firme oposição, pelo que a central sindical considera importante intensificar a acção de esclarecimento e mobilização no seu combate, preparando e concretizando todas as acções que se mostrem necessárias.

Entretanto, reclama-se do Governo, através do Ministério do Emprego, que abandone a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, consubstanciada em projectos de diploma gravosos e reclamar da Assembleia da República que os inviabilize, se o Governo teimar em levá-los por diante.

Transportes Ausência de diálogo



A hora do fecho desta edição do Alavanca continuam os trabalhadores dos transportes a aguardar a realização de uma reunião com o Ministro dos Transportes, solicitada com a maior urgência.

Os sindicatos dos trans-

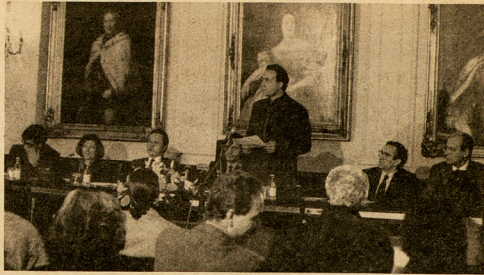
portes afirmam que é grande a disposição dos trabalhadores do sector para assumirem formas de luta, incluindo o recurso à greve, caso não seja alterada a actual política do sector.

Os sindicatos responsabilizam o Governo pelas consequências resultantes da sua recusa ao diálogo.

Em plenário de ORT's do sector, os trabalhadores lembraram que o Governo continua a não responder à Plataforma Reindustrializadora Comum, subscrita pelas ORT's de transportes rodoviários e urbanos, ferroviários, fluviais, marítimos, aéreos e aeroportos.

Para os trabalhadores, a ausência de resposta só pode ser interpretada como uma forma de manter os trabalhadores afastados da definição das medidas da política de transportes e de não esclarecer os aspectos mais graves dos processos de privatização.

Perante a degradação da situação, é cada vez mais provável a eclosão de conflitos no sector, tanto mais que o Governo continua a demonstrar falta de vontade de diálogo.



Temos escola

A inauguração da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, a maior do género em Portugal, aconteceu em 7 de Janeiro, com a presença do coordenador da CGTP-IN, do ministro da Educação e dos secretários de Estado da Reforma Educativa e do Emprego e Formação Profissional.

Os elogios foram todos para a CGTP-IN.

A Escola Profissional Bento de Jesus Caraça foi constituída por protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e a CGTP-IN em 20 de Agosto de 1990.

A partir de Setembro, ela começou a ser uma realidade para 150 alunos e mais de meia centena de colaboradores, descentralizados em 5 delegações e distribuídos por 6 planos curriculares diferentes.

Foi esta escola que foi a 8 de Janeiro inaugurada oficialmente.

Na cerimónia, Manuel Carvalhal da Silva afirmou que «a CGTP-IN não poupará esforços para que a Escola Profissional seja uma alternativa para a formação de muitos jovens que ali encontraram um ambiente de trabalho e de responsabilidade».

O coordenador da CGTP-IN afirmou também que «a carência de

mão-de-obra qualificada é um dos grandes défices estruturais do nosso país, que se tornam mais marcantes com a perspectiva da construção do Mercado Interno».

A desejada reestruturação e modernização da nossa economia, prosseguiu Carvalhal da Silva, pressupõe um forte investimento na qualificação dos recursos humanos.

Para a CGTP-IN, a formação profissional é um instrumento estratégico para o país e um direito dos trabalhadores. Deve o Estado enquadrar, apoiar e estimular esta acção.

A escola tem delegações no Barreiro, Beja, Lisboa, Porto e Setúbal.

Os cursos já existentes vão desde Animador Social a Informática Aplicada, passando por Artes Gráficas, Comunicação e Marketing, Higiene e Segurança.

Porto Situação difícil

A grave situação vivida por muitas empresas do distrito do Porto originou uma deslocação de meia centena de activistas sindicais ao governo civil, para dar conhecimento da realidade difícil de vários sectores.

O destaque pela negativa vai para os sectores metalúrgico, têxtil e comércio. Os metalúrgicos, de uma vasta lista de empresas em situação difícil, destacaram por serem mais representativos os casos da Facar, da UTIC e das Louças Taurus. Não deixaram, no entanto, de referir as empresas Correia Miranda e Rodrigues e a Metapor, ambas falidas, a ARCAR — abandonada pelo admi-

nistrador, a Fábrica das Antas e Vilar — no centro de grandes projectos imobiliários, a SPNSA que já reduziu 700 postos de trabalho, a EPI-TEJUNI com menos 1700 postos de trabalho e, finalmente, a Indústria Nacional — Fábrica da Maia (que no activo já teve 823 trabalhadores contra os actuais 500, quando recorre ao serviço de empreiteiros).

O sector têxtil, por sua vez, apresentou uma lista de 16 empresas com destaque para o Vale do Ave. Quanto ao comércio fez-se representar, essencialmente, contestar a liberalização dos horários do sector.

HOROSCOPO DO MES



CARNEIRO (21.3 a 20.4)

Você é um homem (ou uma mulher) às escuras, conceito que se escreve e transcreve na prática com liberdade, solidariedade, igualdade de oportunidades e justiça social. É isso que o distingue — e o universo humano folga com esse seu posicionamento — daqueles que se dizem às claras, isto é, advogam a discricionariedade e o fôdo social. Teve recentemente a oportunidade de, com uma pequena cruz, esconjurar alguns espantinhos do passado e um êmulos manifesto das *stardets* neonazis que despotizam por essa Europa desigual. Vade retro satân! — disse você, e disse muito bem.



TOURO (21.4 a 20.5)

O Touro, de sua índole, não vai em modas. Chega mesmo a ser-lhes avesso, sem que por isso perca a razão. E que, se algumas pegassem, era uma pouca vergonha, um despudor, um fortorobado, imagine-se, por exemplo, que pagava a moda dos patibos despectem todo e qualquer trabalhador, alegando apenas que esse trabalhador não merecia a sua «confiança» ou que as «novas» funções que lhe foram atribuídas eram muita coisa para a sua camioneta. Não, uma tal moda não pode ganhar. Seria uma obscenidade.



GÊMEOS (21.5 a 21.6)

Os Gêmeos também têm alma, para glosar o nome da peça que vai no Teatro Villaret. Olá se têm! A comprová-lo está o facto de a sua capacidade de indignação acírrima não ter morrido no pântano da indiferença em que nos querem ver atolados. Os seus olhos esbugalharam-se com a encenação televisiva que o Governo montou a propósito dos recentes aumentos das pensões de reforma. Como é d'na Shakespeare, foi «muito barulho por nada», ou seja, os reformados não passaram a viver melhor, pois não se alimentam de gráficos coloridos.



CARANGUEJO 22.6 a 22.7

O nativo de Caranguejo tem apurado sentido de humor e, quando quer, é mesmo impagável. Ainda recentemente, quando foi informado de que o Governo pretende que, nos conflitos de trabalho, a arbitragem passe a ser obrigatória, não se conteve que não dissesse: «Pois é, se assim fosse, os patrões, sempre que se anunciasse uma greve, desatavam logo a gritar: Ai, Cavauinho! Ai, Cavauinho!»



LEÃO (23.7 a 22.8)

Leão não é apenas pujança. É também astúcia, atributo muito necessário, nos tempos que correm, na selva que é o mercado do emprego. Sotileza para os jovens, que têm como duas grandes certezas ou o desemprego puro e simples ou o emprego precário, logo despido de dignidade. A astúcia está precisamente em não prender a qualquer coisa, cada um por sua conta e risco, mas em associar-se à Intervenção, que sabe da podca e tem propostas dignas de serem apoiadas. Colocar-se «A sombra dos ulmeiros» será conformismo.



VRIGEM (23.8 a 22.9)

Ser Virgem é muitas vezes um incómodo. Mas «Quem tem medo de Virginia Woolf?» Quem tem medo de quem pensa claro, age transparente, vê para diante? A sua fina sensibilidade não tolera agressões à Natureza e muito menos à natureza humana. Você não é dos que embandeiram em arco com «Macário volta a atacar», enquanto empresários sem escrúpulos continuam a envenenar águas, terras e ares e governos atacam fogueiras em que todos nos podemos queimar. *Make love, not war!*



BALANÇA (23.9 a 22.10)

Os nativos da Balança são «Tudo bons rapazes», dados a coisas do espírito e da cultura, que não da sabichice. Porque estão informados e querem dar uma dimensão mais global à condição de ser trabalhador, são acérrimos defensores da redução dos horários de trabalho. E que nem só de trabalho vive o Homem, e o progresso tem exigências que as contas do Governo e do patronato nesta matéria não satisfazem. Vide exemplo da Europa.



ESCORPIÃO (23.10 a 22.11)

O Escorpião está a atravessar um período incaracterístico, dadas as influências várias e contraditórias que está a sofrer. Não é possível traçar uma linha dominante. Há de tudo e para todos os gostos, o que não é mau, sabendo-se que uma fase não faz o sistema. Descortina-se, todavia, um ponto de união entre os escorpiões: todos vivem a preocupação que deriva do reconhecimento de que aumentos na casa dos 13,5% são pérdida, quando a inflação não fica esquerda. Os resultados da luta começam a ver-se.



SAGITÁRIO (22.11 a 20.12)

Você não se identifica com os «Homens do Presidente», mas também nada autoriza que acriticamente lhe recomendem «O Bobo». De facto, a sua postura e as ideias que defende — o-lhe-ão excelente reputação entre os seus iguais. É um regalo ouvi-lo dissertar sobre o modo como se cozinham as desigualdades, como subrepticamente se mudam os direitos dos trabalhadores e dos sindicalistas e como se fabricam falências de fábricas depois de se ter recebido fartos subsídios retirados do erário público. Continue assim, que está bem. Vozes como a sua valem ouro.



CAPRICÓRNIO (22.12 a 20.1)

O capricorniano é, este mês, dominado por «O Sangue». Algumas lendárias para a intemperança pode trazer-lhe dissabores. Evite dar barraca. Não basta mostrar com quantos gritos se faz um escândalo. Não se esqueça que a verdade nunca é unilateral nem unívoca. Não basta criticar. É preciso estudar, documentar-se para intervir. E a intervenção mais eficaz é a colectiva, a sindical, no seu caso. Contacte o seu sindicato. A obra faz-se consigo.



AQUÁRIO (21.1 a 19.2)

No final do ano passado, tinha a secreta esperança de que em 1991 seria «A grande festa». Cedo essa esperança foi desfeita pelas andanças por praças e lojas. Transportes públicos, gás, luz, renda de cada e até a água, essencial para si que é aquariano, levaram aumentos que o seu bolso não aguenta. Pelo andar da carruagem da inflação, só tem duas hipóteses de melhorar a sua situação: reivindicar e lutar, com os seus companheiros, por maiores aumentos de salários e pensões ou ficar à espera que lhe saia o totoloto. Se apostar na primeira, joga pelo seguro.



PEIXES (20.2 a 20.3)

O mar divide-se ao meio: metade são machos, outra metade são fêmeas. Há regiões onde são eles quem manda. Noutras dominam elas. E, tanto num caso como no outro, chegam a cometer a atrocidade de se devorarem uns aos outros. Falamos de peixes, naturalmente. Com os homens, porque provocos de inteligência, as coisas são ou deveriam ser diferentes. Só que ainda há homens, sobretudo se de condição patronal, que continuam a assumir comportamentos antropófagos, próprios de monstros marinhos, relativamente às mulheres. Basta, dia a Constituição, e a ela todos devemos obediência, embora seja substantivo feminino.

Novo índice de preços no consumidor Estamos a gastar mais em rendas e transportes

A estrutura de consumo dos portugueses está a mudar. Pelo menos é o que se pode observar no novo painel de índices de preços no consumidor, elaborado a partir de um inquérito aos orçamentos familiares realizado em 1989 e 90.

Se os valores da inflação, decorrentes do novo índice, não são significativamente alterados, é de registar a subida da classe rendas de habitação e transportes e a baixa da alimentação e bebidas. Quer dizer, em proporção, estamos a gastar mais em deslocações e na casinha, que muitos não têm.

Em Janeiro de 1991, o Instituto Nacional de Estatística iniciou a divulgação de um novo painel de índices de preços no consumidor, que substituirá o anterior que se baseia em estruturas de consumo apuradas através de um inquérito efectuado em 1980/81 e, portanto, já relativamente desactualizado.

As estruturas de consumo em que se baseia a construção deste novo painel foram detectadas a partir do Inquérito aos Orçamentos Familiares realizado em 1989/90.

Tal como no anterior painel serão apuradas duas séries de índices: série A, cuja população de referên-

PAINEL ATÉ 91		QUADRO 1	
Série A	Índice Continente	NOVO PAINEL	Série A
	Índice «Urbano»	Índice País	Índice Continente
	Índice «Rural»	7 Índices regionais (NUTSI)	Índices sem tabaco, sem bebidas alcoólicas, sem produtos frescos
Série B	Índice Continente	Série B	Índice Continente
	Índice Lisboa		Índice Lisboa
	Índice Porto		Índice Porto

ciada para utilizar na avaliação da inflação relevante para os processos de negociação colectiva. Porém, devido ao facto dos índices desta série não serem publicados mensalmente, verifica-se que é a série A que

actual, série A-Continente, e o novo índice série A-País (as ponderações neste caso são ainda passíveis de ligeiras correcções).

Entre outras alterações merecem realce a redução do peso relativo da alimentação,

decorrente no peso relativo das outras classes para calcular o índice mensal sem rendas determina que as alterações sejam menos significativas. O quadro 3 revela precisamente que não são muito significativas as diferenças entre a taxa de inflação média anual obtida através do índice anterior sem rendas e aquela que resultaria se esse índice fosse já calculado com os novos ponderadores das classes.

O valor ligeiramente mais elevado que se regista com os novos ponderadores resulta fundamentalmente do maior peso relativo dos transportes e comunicações que tem sido a classe que maior acréscimos tem registado. Repare-se, aliás, que o aumento do peso relativo desta classe, bem como do da classe das rendas, poderão determinar um maior poder do governo para influenciar, pelas suas políticas de preços e rendimentos, o valor do índice, designadamente, do índice anual.

Essas alterações nas ponderações e todas as outras, designadamente, o aumento do número de postos de recolha de preços, ocorrem num momento em que, em função do índice anterior, foi estabelecida pelo governo uma trajectória para a inflação no quadro do acordo económico e social a longo de 91. Este aspecto poderá não ser dispendioso.

Dr. Carlos Coimbra
Gabinete de Estudos
da CGTP-IN

QUADRO 3		
Meses (1990)	Índice anterior	Índice anterior / novos ponderadores
Janeiro	12,6	12,6
Fevereiro	12,7	12,7
Março	12,7	12,7
Abril	12,7	12,7
Maio	12,8	12,9
Junho	12,8	13
Agosto	12,7	12,9
Setembro	12,8	13,1
Outubro	13	13,3

cia, em termos de estrutura de consumo, corresponde à população total (incluindo desta vez os Açores e a Madeira, o que não acontece na série A do índice anterior), série B, cuja população de referência é dada pelo conjunto dos agregados de mais de 1 até 5 pessoas cujo elemento principal seja um trabalhador por conta de outrem (ou pensionista civil) e cujos rendimentos anuais se situassem entre 360 e 280 contos, o que constitui uma população de referência similar à série B do índice anterior.

A série B, atendendo à sua população de referência, parece ser a série mais ade-

quada para utilizar como referência pela negociação colectiva. O quadro 1 mostra os índices apurados pelos dois painéis.

Conforme se verifica, serão apurados mais índices. Também o número de artigos que entram no cálculo destes novos índices e o número de preços recolhidos aumentam, melhorando assim a fidelidade dos índices.

Em consequência da nova estrutura de consumo, que se pretende representar no novo painel, as ponderações das classes de artigos nos novos índices serão naturalmente diferentes das actuais. O quadro 2 revela as ponderações do índice

de habitação e do tabaco e o aumento nas classes rendas e transportes. Contudo, como o índice da classe das rendas só é divulgado, tal como anteriormente no fim do ano, a recomposição dai-

Previsão de inflação do Governo Ninguém acredita

Diz quem sabe que a evolução da economia está longe de demonstrar uma situação desinflacionista em Portugal. Os últimos dados disponíveis apontam para

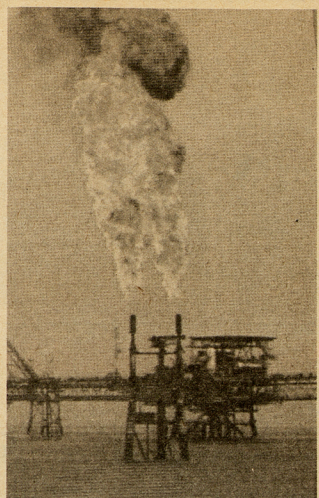
valores anuais próximos dos 14 por cento em 1990. Acresce a isto que as projecções da CEE e da OCDE para Portugal apontam, respectivamente, para 12,6 e 12 por cento, como valores em inflação para o ano em

curso. Recorde-se que estas organizações tentam, nas suas projecções, controlar as expectativas, pelo que as suas estimativas são optimistas.

Para esta retoma inflacionista muito têm contribuí-

do as classes de Alimentação e Bebidas (inflação média anual, em Outubro, de 13,6 por cento) e os Transportes e Comunicações (18,2 por cento em Outubro), ou seja, em domínios que muito afectam os trabalhadores, isto é, precisamente aqueles que têm mais peso no cabaz das famílias.

Como é que se pode acreditar nas previsões do Governo que apontam 10,75 por cento como valor de inflação para 1991?



Preço do petróleo Utente a pagar Governo a arrecadar

A evolução dos preços dos produtos petrolíferos tem ocorrido de acordo com

o que o mercado mundial impõe aos compradores. Ora, isso acaba por depender das expectativas diariamente criadas e da especulação dos operadores.

Accontece que, com a incerteza de evolução da crise do Golfo, tem sido o Governo português um dos que mais tem beneficiado.

Esta ajuda aos cofres do Estado resulta do efeito «mola» do Imposto sobre produtos Petrolíferos (ISP), que amortece todas as variações do preço de custo. Como se não bastasse, as referidas variações ocorrem só num sentido. Quando o preço do barril de petróleo baixa, o preço de venda ao público mantém-se. Quando surge uma expectativa de aumento ou mesmo um aumento real, então o preço de venda ao público cresce.

Até Agosto, início da crise do Golfo, verificou-se que aumentavam as taxas e o preço de venda ao público na razão inversa do preço de custo, que ia diminuindo. Em Agosto, o custo do crude atingiu o seu ponto mais baixo.

Nos meses de Agosto, Setembro e Outubro assistimos em Portugal à subida dos preços dos combustíveis. A razão estava na crise do Golfo, mas a verdade é que o preço de custo se manteve praticamente estável.

Neste caso, o Governo português não seguiu o comportamento dos seus parceiros europeus, que baixaram os preços mais de uma vez.

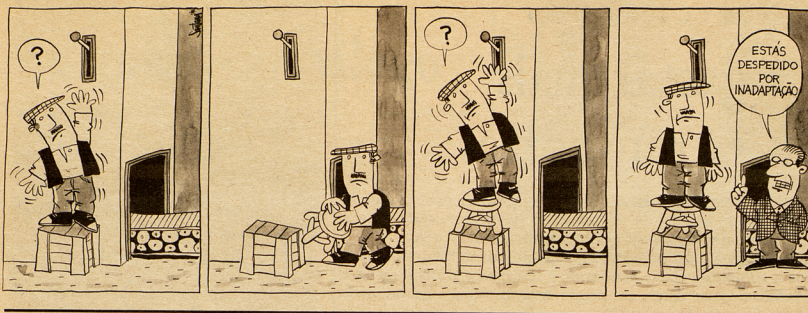
Com as novas medidas, que entram em vigor no início do ano, visando a liberalização do mercado petrolífero, esta situação irá mudar, sem que contudo os consumidores sintam a diferença.

Aduaneiros em perigo

As decisões expressas no «Acto Único Europeu», designadamente a eliminação das fronteiras comunitárias, com a criação do «Mercado Interno» a partir de 1993, colocaram a actividade aduaneira — a sua manutenção e futuro — no centro das atenções.

Com o tempo que resta para a sua concretização a escoar-se, não se vislumbram quaisquer medidas cautelares das autoridades nacionais e comunitárias que tenham em conta a defesa dos direitos e garantias devidos aos milhares de trabalhadores aduaneiros, que correm o risco de ficar sem os seus postos de trabalho.

Na perspectiva de acutelar a situação, os representantes dos trabalhadores estão já a tomar medidas e a mobilizar os aduaneiros. O sector vai, sem dúvida, conhecer momentos agitados.



Movimento Sindical Europeu

Renovar, renovar, renovar

Com a aproximação acelerada de 1993 e a criação do Mercado Interno é urgente e fundamental que se proceda a uma renovação do movimento sindical europeu.

Nesta nova realidade, o papel da Confederação Europeia de Sindicatos deverá tornar-se mais activo e eficaz. A hora é de unidade de acção.

Numa época caracterizada por profundas mudanças políticas, económicas e sociais é pertinente que se reavalie a acção do movimento sindical, tanto a nível nacional como internacional. Em pleno final do século XX, há indicadores muito significativos que nos levam a ponderar o papel do movimento sindical face às novas realidades, e a analisar conseqüentemente as acções a desenvolver face às profundas transformações com que nos confrontamos.

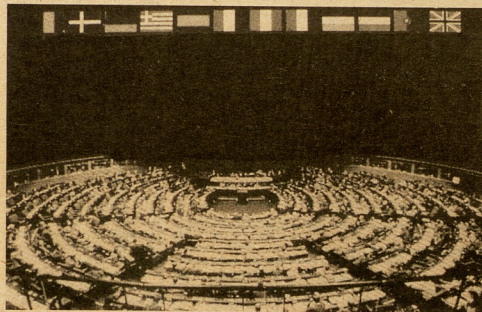
A internacionalização, cada vez mais profunda, das relações políticas e económicas, o aparecimento de estruturas supranacionais, tais como a CEE, a EFTA, o ASEAN e o Pacto Andino, o incremento da cooperação inter-Estados, independentemente do seu sistema económico e social, exige uma nova prática e novas perspectivas para o Movimento Sindical.

É neste contexto que o aprofundamento das re-

lações entre movimentos sindicais de diferentes países e de diferentes orientações político-filosóficas se torna um objectivo fundamental.

A década de 80 constituiu, na nossa opinião, uma época negativa na história e na acção do movimento sindical. Face à ofensiva generalizada do patronato e ao incremento da onda de políticas neo-liberais de grande número de Governos, o movimento sindical não soube encontrar os caminhos unitários de organização e de acção que pudessem responder eficazmente aos ataques contra os interesses e direitos dos trabalhadores. Na Europa de Leste, por seu lado, os Sindicatos não souberam responder às reais aspirações das massas trabalhadoras tornando-se estruturas sociais completamente desacreditadas perante a opinião pública.

Constatando embora estas realidades, não somos dos que partilham a opinião



de que a acção do movimento sindical deixou de ter justificação na actual situação. Consideramos, pelo contrário, que os Sindicatos, como organizações, que devem defender os interesses imediatos dos trabalhadores, têm um papel fundamental a desempenhar nas diferentes esferas da vida social, contribuindo de uma forma determinante para o funcionamento democrático das sociedades modernas.

É neste contexto e baseado nestes pressupostos que perspectivamos igualmente a acção do movimento sindical no Velho Continente. Com a aproximação acelerada de 1993 e a criação do Mercado Interno é urgente e fundamental que se proceda a uma Renovação do movimento sindical europeu, de forma a adaptar-se à nova realidade europeia, permitindo-lhe responder eficazmente aos novos desafios das relações industriais numa nova Europa.

O papel da Confederação Europeia dos Sindicatos, nesta nova realidade, deverá, em nosso entender, tornar-se mais activo e eficaz. Para isso a CES deverá deixar de ser simplesmente uma estrutura coordenadora dos diversos Sindicatos europeus, passando a constituir uma organização representativa e dirigente da acção dos trabalhadores europeus, face aos seus problemas comuns e na defesa dos seus interesses, numa base de solidariedade.

Os trabalhadores euro-

peus necessitam de uma CES actuante face às transformações na Europa, impedito uma construção europeia onde exclusivamente os interesses políticos, económicos e financeiros tenham lugar, mas, que, pelo contrário,

de todas estas cambiantes sejam acompanhadas de uma verdadeira dimensão social. Uma CES com capacidade de negociadora e dotada de estruturas actuantes, que contribua efectivamente para a construção de uma Europa mais justa socialmente, mais solidária, mais democrática e mais autónoma, corresponderá seguramente aos verdadeiros interesses dos trabalhadores europeus.

Será nesta CES que a

CGTIP-IN quer participar, com a sua experiência, os seus princípios, a sua inserção nos trabalhadores portugueses, a sua capacidade de luta e a sua responsabilidade e coerência face aos desafios do futuro.

A hora é de unidade de acção e a época das divisões artificiais e dos exclusivismos têm tendência a acabar.

A CGTIP-IN quer participar activamente e em conjunto com as suas Congéres europeias na construção de uma nova Europa.

Só assim seremos dignos da confiança que os trabalhadores portugueses em nós têm depositado.

José Manuel Carinhos
Dep. Relações Internacionais da CGTIP-IN

Guerra no Golfo

Logo na manhã seguinte ao subnotamento da guerra no Golfo, a CGTIP-IN tomou uma posição clara a favor da paz e apelou a todas as forças sociais, políticas, religiosas, culturais e de juventude, para que concentrassem esforços para promover uma expressiva manifestação no dia seguinte em Lisboa e Porto.

Millhares de pessoas responderam ao apelo manifestando o seu protesto contra as hostilidades e pela paz. Para a população e organizações presentes no desfile, nenhum prazo tem valor superior ao dos valores da paz e do respeito por milhares de vidas humanas.

A CGTIP-IN, em comunicado difundido logo às primeiras horas da manhã do dia 17, reafirmou a sua condenação pelo não acatamento por parte do Iraque das resoluções da ONU. O texto condena igualmente a inflexibilidade das forças multinacionais no cumprimento dos prazos para uma solução negociada.

A CGTIP-IN apelou ao fim imediato das operações militares, ao cessar-fogo e ao recomeço das negociações sob a égide das Nações Unidas, de forma a pôr termo à destruição de vidas humanas e de recursos económicos indispensáveis à Humanidade.

No mesmo sentido se pronunciou a Intervioweb, lembrando que são os jovens os mais atingidos pelo clima de guerra.

Enfermeiros

Em Janeiro, os enfermeiros estiveram em luta. Em causa as carencias profissionais, a precariedade de emprego e as reformas aos 30 anos de serviço.

Na forja

Está a decorrer o quarto balanço da Campanha Nacional de Sindicalização, que tem vindo a ser desenvolvida com os assinaláveis resultados que se conhecem.

Entretanto, nos Açores, mais precisamente na Horta, decorre o primeiro Congresso da União local. O acontecimento ocorre a 26 de Janeiro. Na mesma data e prolongando-se pelo dia seguinte, é a vez do terceiro Congresso da Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas e Tabacos.

Lá mais para Fevereiro é a vez da Federação da Função Pública reunir em Congresso.

Antes disso, reuniu já o seu órgão máximo — o Congresso — a Federação dos Ferrovios. O facto deu-se nos passados dias 16, 17 e 18 de Janeiro.

A 7 de Fevereiro realizou-se o Colóquio Nacional - A CGTIP e a Defesa do consumidor — que é promovido pelo Grupo Sindical para o Ambiente e Defesa do Consumidor da CGTIP-IN.

No Porto, realizou-se a 23 de Janeiro um encontro sobre legislação laboral. A 6 de Fevereiro realizou-se o Seminário sobre o Orçamento de Estado e suas incidências no distrito do Porto.

BOLETIM METEOROLOGICO



Prevejos que os finais de Janeiro e princípios de Fevereiro sejam tempos agitados. Os ventos do deserto continuam a condicionar o clima do Planeta e quase fizeram esquecer o biracido de ozono.

A depressão «presidencial» afastou-se do território, que está agora sob acção de um anticiclone estacionado em Belém.

À frente quente «negociações colectivas» manifesta pujança e pode provocar instabilidade em algumas zonas e sectores.

Em fase de crescimento e de deslocamento para a Europa está a frente ociosa «salários».

Continua a ocorrer condições favoráveis para o desaparecimento de níveis carregados sobre os horários de trabalho.

A depressão «Governos», centralizada em S. Bento, vai promover céu limpo e vento fraco em todo o território. Prevê-se que não passem de promessas, tendo em vista Outubro.

Passes bem e lute para ser feliz.

CGTIP-IN saúda Presidente

A Comissão Executiva da CGTIP-IN, reunida no dia 14 de Janeiro, saudou o Presidente da República pela sua releição para um novo mandato e congratulou-se com a participação activa dos trabalhadores no acto eleitoral.

Manifestou também o seu apreço pelo empenhamento democrático, durante a campanha, dos candidatos Carlos Carvalhas e Carlos Marques.

Aquele órgão da CGTIP-IN considerou que o debate essencial da campanha eleitoral veio a centrar-se nas questões sociais, o que serviu para aumentar o conhecimento e a sensibilização da opinião pública para as desigualdades e injustiças sociais.

A CGTIP-IN e o Movimento sindical empenharam-se em potenciar este factor por forma a aumentar a mobilização dos trabalhadores para a luta pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

As eleições constituíram uma manifestação de grande civismo e de apego ao exercício da democracia.